

Grupo de trabalho de ginecologistas e obstetras para enfrentar a pandemia de COVID-19 no Brasil: experiência de sucesso a ser seguida

Silvana Maria Quintana¹, Geraldo Duarte¹

Além de provocar relevantes alterações na rotina global, o estado de pandemia da COVID-19, anunciado e reconhecido pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em 11 de março de 2020, deixou claro que nenhum país estava pronto para o enfrentamento de uma doença infectocontagiosa com elevada velocidade de disseminação e risco objetivo de morte. A avaliação retrospectiva da sequência de eventos e desfechos nestes últimos 17 meses nos induz à reflexão sobre o que foi realizado, o que poderia ter sido realizado ou, ainda, o que deveria ter sido feito de forma diferente. Nesse contexto, um dos grandes desafios foi definir quais seriam os serviços essenciais em saúde que não deveriam sofrer soluções de continuidade. No que diz respeito à saúde feminina, observou-se que parte da rotina assistencial foi interrompida devido à situação emergencial causada pela COVID-19, mas outras permaneceram desenvolvendo suas atividades seguindo os protocolos de segurança sanitária. Destacam-se os serviços de planejamento reprodutivo, atenção às vítimas de violência doméstica e sexual e oncológicos que tiveram importante redução na oferta de serviços para diagnóstico e tratamento, o que certamente trará futuras e importantes repercussões para a saúde da população.

Abordando especificamente a atenção obstétrica, observou-se que as mulheres continuaram engravidando e tendo suas gestações resolvidas. No início da pandemia, tememos que as mulheres no ciclo gravídico-puerperal adquirissem o SARS-CoV-2 e, baseados na experiência com a epidemia de influenza em 2009, apresentassem desfechos desfavoráveis.

Em um ambiente de insegurança, opiniões pessoais e prescrição de tratamentos sem evidência científica, a COVID-19 promoveu uma crise sem precedentes na saúde pública, demandando a elaboração de planejamentos estratégicos contextualizando comunicação clara sobre a doença e suas particularidades e alocação criteriosa de recursos. Os serviços para atenção de pacientes infectados pelo SARS-CoV-2 precisaram se organizar para garantir a segurança dos pacientes e dos profissionais de saúde, além dos trabalhadores de serviços auxiliares, entre eles o de limpeza e o administrativo, entre outras. Nas unidades obstétricas, foi necessário organizar o fluxo das pacientes, definindo quais seriam as unidades para atendimento de pacientes com COVID-19, preparar as equipes e estabelecer uma estratégia que integrasse as unidades e equipes de diferentes áreas e hospitais e que permitisse sinergia das equipes na prestação dos cuidados de forma adequada, em uma estrutura com força de trabalho em capacidade máxima.

1. Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP, Brasil.

Conflitos de interesse:

Nada a declarar.

Autor correspondente:

Silvana Maria Quintana
Av. Bandeirantes, 3.900, Monte Alegre, 14049-900, Ribeirão Preto, SP, Brazil
quintana@fmrp.usp.br

Como citar:

Quintana SM, Duarte G. Grupo de trabalho de ginecologistas e obstetras para enfrentar a pandemia de COVID-19 no Brasil: experiência de sucesso a ser seguida. *Femina*. 2021;49(9):545-7.

*Este artigo é a versão em língua portuguesa do trabalho "Gynecologists and obstetricians working group to face the COVID-19 pandemic in Brazil: successful experience to be followed", publicado na *Rev Bras Ginecol Obstet*. 2021;43(8):585-7.

Embora diferentes serviços de atenção obstétrica tenham se organizado em nosso país, elaborando protocolos de acordo com padrões internacionais de qualidade, a COVID-19 continuou sua disseminação, confirmando-se que a doença apresentava pior evolução entre mulheres durante o ciclo gravídico-puerperal. Com o tempo, aprendeu-se que havia maior demanda e necessidade de internação, de cuidados em unidade de terapia intensiva (UTI), ventilação invasiva e até mesmo óbito, quando comparadas às mulheres não gestantes.

Diante disso, o Ministério da Saúde do Brasil constituiu um Grupo de Trabalho (GT) composto por 17 especialistas da área de saúde da mulher, oriundos de diferentes instituições universitárias, para elaboração de estratégias visando ao enfrentamento da pandemia para esse segmento populacional, tendo como pano de fundo a redução da mortalidade materna por COVID-19. Foi a parceria perfeita entre o Ministério da Saúde e a Academia! O primeiro desafio vencido por esse grupo foi padronizar os cuidados às gestantes e puérperas com suspeita ou diagnóstico dessa infecção viral, abordando diagnóstico, tratamento, atenção ao seguimento pré-natal, cuidados em UTI e, obviamente, um modelo de fluxo de atendimento para os serviços de saúde que atendiam gestantes e puérperas acometidas por essa infecção. Tal estratégia deveria ser factível e acessível para adoção em um país continental, com notáveis diferenças nas condições de saúde e assistência da sua população. Foi elaborado um manual⁽¹⁾ embasado nas evidências científicas disponíveis, pois não havia nenhum ensaio clínico randomizado em gestantes, e na *expertise* do grupo que se reunia virtualmente para discutir o tema a cada semana.

O segundo desafio foi capilarizar as informações contidas no manual de forma a atingir todos os serviços, de norte a sul do país, e ajudá-los a se adaptarem às novas orientações, saindo de suas realidades e de suas rotinas, adaptando-os para o cuidado de mulheres com uma doença até então desconhecida em nosso país. Os casos clínicos reais passaram a ser discutidos com os diferentes serviços de atenção obstétrica de todo o Brasil.⁽²⁾ O contato com equipes de saúde de todos os estados, trocando experiências e aprendizado, foi relevante para o avanço do trabalho. Foram cerca de 160 reuniões virtuais, duas vezes ao dia, nos cinco dias da semana, em todos os estados brasileiros. Houve excelente receptividade das equipes locais em compartilhar suas dificuldades e adotar as recomendações do GT.

Com as discussões de casos em todo o país, o GT percebeu a necessidade de as universidades públicas participarem de forma efetiva durante o desafio de uma crise de saúde como a que foi provocada pela pandemia de COVID-19. Adicionalmente, procurou garantir acesso mais fácil às informações, de forma que os profissionais pudessem assistir a vídeos educativos durante os plantões na medida de suas necessidades. Assim, em parceria com a Organização Pan-Americana de Saúde (Opas), foram gravadas aulas curtas⁽³⁾ com os

principais tópicos do manual, criando uma biblioteca de vídeos de fácil acesso para serem assistidos em qualquer local e, devido ao seu caráter de praticidade, auxiliar nos atendimentos.

O manual foi sendo atualizado à medida que os conhecimentos sobre a doença foram evoluindo e o GT se aprofundou, particularmente, nos estudos sobre os benefícios e riscos da vacinação para a COVID-19 em gestantes e puérperas, visto que a mortalidade materna por COVID-19 em nosso país é uma das mais elevadas em todo o mundo. Assim, embasado na literatura científica disponível, o GT se convenceu de que as vacinas contra a COVID-19 poderiam auxiliar a mudar a realidade de desfecho tão desfavorável. Os dados do Observatório Obstétrico Brasileiro COVID-19 (OOBr COVID-19 – https://observatorioobstetrico.shinyapps.io/covid_gesta_puerp_br/), atualizado com os dados disponibilizados no Sistema de Informação da Vigilância Epidemiológica da Gripe (SIVEP-Gripe) do Ministério da Saúde, passou a ser um valioso recurso a fazer parte da realidade do GT. O OOBr COVID-19 faz parte do projeto Observatório Obstétrico Brasileiro, o qual disponibiliza uma plataforma interativa e dinâmica de monitoramento, análise de dados públicos cientificamente embasadas e disseminação de informações de qualidade e relevantes da área de Saúde Materno-Infantil. Seus dados nos apontavam o número de gestantes e puérperas com síndrome respiratória aguda grave (SRAG) e de óbitos ocorridos semanalmente no país, bem como o trimestre gestacional de maior risco. Esses dados permitiram ao GT chegar a uma conclusão definitiva sobre o uso urgente da vacina em gestantes e puérperas com ou sem comorbidades, que deveriam receber a vacina contra a COVID-19 em qualquer fase da gravidez. Nesse contexto, a parceria com o apoio das Sociedades de Especialidade de Ginecologia e Obstetrícia do país foi fundamental para ampliar o debate e divulgar a segurança e a efetividade das vacinas durante a gestação e puerpério. A Federação Brasileira das Sociedades de Ginecologia e Obstetrícia (Febrasgo) constituiu uma Comissão Nacional Especializada Temporária de COVID (CNET COVID), ratificando o protagonismo do GT no cenário nacional.

Fruto de todo esse trabalho, a vacinação de gestantes e puérperas foi inserida no Plano Nacional de Imunização do Ministério da Saúde (PNI-MS), e os resultados demonstrados no OOBr COVID-19 demonstram o acerto da vacinação para essas mulheres. Hoje, estamos diante de uma situação de mais esperança para as gestantes e puérperas diante da pandemia, visto que os efeitos da vacinação se refletem na redução da mortalidade materna de aproximadamente 92% em nosso país.

Um aspecto interessante durante as discussões de casos clínicos com os diferentes serviços foi a observação de que muitas dificuldades para as mudanças planejadas estavam além do poder de decisão das equipes de saúde, ou seja, as necessidades materiais

e mudanças de procedimentos estavam sob a alçada dos gestores locais ou regionais de saúde. Com ajuda da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), instituição vinculada ao Ministério da Saúde, foram realizadas reuniões do GT com os gestores estaduais, apontando as dificuldades observadas nas discussões e sugerindo mudanças. Chamou a atenção a falta de sintonia e as dificuldades de comunicação na rede de saúde do nosso país.

A experiência adquirida nesse GT por um bem comum, enfrentando uma pandemia, mostrou que o desempenho desse grupo pode ser um modelo a ser aplicado para o combate à mortalidade materna decorrente das diferentes causas em nosso país. Diante desse cenário, nossa avaliação sobre o enfrentamento da COVID-19 no Brasil, considerando particularmente gestantes e puérperas, é extremamente favorável. Considerando as limitações inerentes a uma nação em desenvolvimento, foi muito positivo observar que nossa resposta foi tão adequada quanto aquelas observadas em países cujas condições socioeconômicas são mais favoráveis.

Juntos, instituições de ensino, Ministério da Saúde, pesquisa e rede de atenção à saúde, somos mais fortes no enfrentamento das dificuldades que o Brasil enfrenta e ainda enfrentará. As gestantes brasileiras merecem esse cuidado!

GRUPO DE TRABALHO

Antônio R. Braga Neto (Departamento de Ações Programáticas Estratégicas/SAPS/Ministério da Saúde – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ); Adriana G. Luz (Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp); Alan R. Hatanaka (Uni-

versidade Estadual de São Paulo – Unifesp); Alberto C. M. Zaconeta (Universidade de Brasília – UNB); Cristina A. F. Guazzelli (Universidade Estadual de São Paulo – Unifesp); Evelyn Trainá (Universidade Estadual de São Paulo – Unifesp); Fernanda Sapadotto (Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo – FMUSP); Gabriel Osanan (Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG); Geraldo Duarte (Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo – FMRP-USP); José Geraldo L. Ramos (Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS); Maria Lucia Oppermann (Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS); Rossana P. Francisco (Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo – FMUSP); Rosiane Mattar (Universidade Estadual de São Paulo – Unifesp); Silvana M. Quintana (Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo – FMRP-USP); Sue Y. Sun (Universidade Estadual de São Paulo – Unifesp); Sigrid M. L. Q. Cardoso (Universidade Federal do Amazonas – UFAM); Vera T. Borges (Universidade Estadual Paulista – Unesp-Botucatu).

REFERÊNCIAS

1. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Promoção da Saúde. Manual de recomendações para a assistência à gestante e puérpera frente à pandemia de COVID-19: Nota Informativa nº 13/2020 – SE/GAB/SE/MS [Internet]. Brasília (DF): Ministério da Saúde; 2020 [cited 2021 Jan 20]. Available from: <https://sgorj.org.br/wp-content/uploads/gestantes.pdf>
2. Discussões de casos clínicos de gestantes e puérperas com COVID-19 [Internet]. 2021 [cited 2021 Aug 10]. Available from: https://www.youtube.com/channel/UC6LyRFsoWBffQsg6Uz_T8jg
3. Braga Neto AR, Guzmán L. Videoaula: Manual Gestante e Covid-19 [Internet]. 2021 [cited 2021 Aug 10]. Available from: <https://www.youtube.com/playlist?list=PL6hS8Moik7ksJkkODTz4yhtXVXOL-Bjmg>